

GÊNERO E PATRIARCADO: CONTRIBUIÇÃO DO MACHISMO ESTRUTURAL PARA A INSEGURANÇA DAS MULHERES URBANAS

GENDER AND PATRIARCHY: CONTRIBUTION OF STRUCTURAL MACHISMO TO THE INSECURITY OF URBAN WOMEN

Laura Gomes da Costa¹

Sergio Nabarro²

RESUMO

O cotidiano das mulheres é marcado pela insegurança e por diferentes formas de violência (física, moral, sexual, patrimonial etc.) as quais elas estão sujeitas diariamente. Neste sentido, o objetivo deste artigo é compreender como o machismo estrutural, advindo do patriarcado, contribui para que a violência contra as mulheres seja uma prática perpetuada na sociedade. Com foco nos trabalhos sobre assédio sexual, foi realizado um levantamento bibliográfico para compreender os conceitos de gênero e de interseccionalidade, e como estes explicam a realidade das mulheres urbanas violentadas. Por meio do levantamento foi possível estabelecer uma relação entre a falta de mobilidade urbana, um dos elementos de insegurança para as mulheres, e a perpetuação dos atos de assédio cometidos por homens.

Palavras-chave: Assédio; Sexualidade; Mobilidade; Poder.

ABSTRACT

Women's daily lives are marked by insecurity and different forms of violence (physical, moral, sexual, property, etc.) to which they are subjected daily. In this sense, the objective of this article is to understand how structural machismo, arising from patriarchy, contributes to violence against women being a perpetuated practice in society. Focusing on work on sexual harassment, a bibliographical survey was carried out to understand the concepts of gender and intersectionality, and how they explain the reality of violated urban women. Through the survey, it was possible to establish a relationship between the lack of urban mobility, one of the elements of insecurity for women, and the perpetuation of acts of harassment committed by men.

Keywords: Harassment; Intersectionality; Mobility; Power.

INTRODUÇÃO

Compreender as dinâmicas que compõem o cotidiano feminino no espaço urbano é uma tarefa complexa, sendo necessário considerar algumas questões ao longo da realização das análises: o contexto econômico, a raça, orientação sexual, o recorte geográfico onde

¹Universidade Estadual de Londrina gomesdacostalaura@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-9320-557X>

²Universidade Estadual de Londrina sergionabarro@uel.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2179-0710>

estas mulheres estão inseridas etc. Cada mulher, dentro da sua realidade, possui suas particularidades, seus anseios e suas experiências rotineiras. Além disso, é importante considerar também que o dia a dia de uma mulher de um grande centro urbano é relativamente diferente daquela que vive em cidades médias ou pequenas porque as dinâmicas referentes à (in)segurança, mobilidade e as formas de violência são diferentes.

Desse modo, nesses espaços a vulnerabilidade feminina é exposta de acordo com a extensão da realidade urbana onde estas mulheres estão inseridas, por meio da disseminação de ideais patriarcais e as relações de poder exercidas sob os corpos das mulheres, contribuindo assim para com a cultura de violência de gênero dentro desses espaços.

É fundamental entender que a complexidade da análise das formas de violência no cotidiano das mulheres exige não colocá-las em um modelo analítico padronizado, que ignore o contexto urbano, social e econômico ao qual as mesmas estão inseridas. Por isso, o estudo aqui apresentado buscou levantar alguns dos pontos em comum que perpassam os diferentes contextos urbanos, como em relação ao conceito de gênero e a sua inserção dentro das cidades. Além disso, buscou entender como o machismo estrutural impacta no cotidiano das mulheres e contribui para com as suas inseguranças rotineiras, sobretudo aquelas potencializadas pelos problemas de mobilidade.

METODOLOGIA

A construção metodológica da pesquisa se deu por meio da revisão bibliográfica a respeito do tema, a partir do levantamento realizados em banco de dados bibliográficos, como: Scielo, Plataforma Sucupira, Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e livros de autores que discutem os conceitos de gênero e cidade em seus estudos.

O método de análise utilizado é o materialismo histórico dialético, que permite compreender os fenômenos como processos históricos socialmente construídos a partir das relações de classe e de poder. A relação dos processos históricos e a produção material da

vida em sociedade é fundamental para entender a construção e a reprodução das estruturas patriarcais da sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de entender as problemáticas que compõem o dia a dia das mulheres no espaço urbano, é importante iniciar a discussão com a definição do conceito de gênero, que guia toda a realização da pesquisa. O gênero possibilita a construção de reflexões sobre os padrões pré-estabelecidos em uma sociedade patriarcal, ou seja, em um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Essa conjuntura impõe como as mulheres devem se portar e determinam o papel de subalternidade feminina como construção social e histórica.

Existem várias definições para o conceito de gênero. Carloto (2001, p. 202) explica que:

A existência de gêneros é a manifestação de uma desigual distribuição de responsabilidade na produção social da existência. A sociedade estabelece uma distribuição de responsabilidades que são alheias às vontades das pessoas, sendo que os critérios desta distribuição são sexistas, classistas e racistas.

Além disso, “Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual.” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Ou seja, reforça-se a ideia de construção de todo um modo de vida em torno da população feminina, característico de uma sociedade comandada por homens, na qual os papéis desempenhados por elas dentro da mesma é consequência da atuação que o poder masculino possui sobre a vida das mulheres em diferentes esferas (familiar, profissional etc.).

A realidade descrita pode ser observada desde a infância das mulheres: nas cores e modelos definidos para as suas vestimentas, no padrão de comportamento esperado, nos brinquedos “de menina”, sempre voltados ao cuidado e nos utensílios domésticos de cozinha e de limpeza. Tudo isso são elementos que “educam” a mulher para a maternidade bem como para os afazeres domésticos. Do outro lado, os meninos são “educados” para o

exercício das práticas de poder e para a vida profissional por meio de práticas sociais, brinquedos e brincadeiras que remetem à medicina, aviação, engenharia etc.

Por conseguinte, entende-se que o gênero é mais que “a construção social do masculino e do feminino” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Ele é a construção do masculino sobre o feminino, relação que sustenta a sociedade patriarcal. É no bojo da análise desse contexto que se ancora o conceito de interseccionalidade de gênero, proposto pela jurista e defensora dos direitos humanos estadunidense Kimberlé Crenshaw, em 1989, e que pode ser entendido como:

(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Dentro do debate sobre gênero e interseccionalidade há outros fatores importantes na investigação e análise sobre a questão feminina no espaço urbano. Fatores econômicos e as questões territoriais, políticas e de raça envolvem uma série de variáveis, estruturais, para entender a realidade imposta às mulheres.

O MACHISMO ESTRUTURAL E SEUS IMPACTOS NO COTIDIANO FEMININO

O machismo estrutural está presente em um conjunto de relações sociais que sustentam a sociedade patriarcal. No cotidiano feminino ele pode ser percebido em diferentes esferas e situações: no assédio sofrido pelas mulheres (em casa, no trabalho e no transporte público), na situação econômica, sobretudo em virtude das disparidades salariais entre homens e mulheres, na política. Tudo isso é “resultante da construção histórica de superioridade de gênero” (PAULA e SANT’ANA, 2022, p. 7557).

Como o próprio conceito sugere, o machismo estrutural está enraizado na estrutura social. Há, portanto, uma “normalidade” em torno das desigualdades de gênero existentes,

o que para legitimar diferentes tipos de violências impostas às mulheres. Segundo Paula e Sant’Ana (2022, p. 7558),

A mulher, no patriarcado, é vista como ser inferior, cujas docilidade e submissão são consideradas suas únicas virtudes. Ela, como objeto (e não como sujeito), “pertence” a um homem (ao pai, quando jovem; e ao marido, após o casamento) e sua obrigação é, de acordo com esse ethos, manter-se pura e dedicada a ele e às suas vontades. Assim sendo, seu dever, como mulher, é o de satisfazer as vontades dos homens, queira ela ou não, pois sequer é consultada. Como sujeito de segunda classe, a mulher, para essa lógica, não tem voz, não deve votar, pode ganhar menos e trabalhar mais, precisa atender aos padrões de beleza impostos ser contida/reservada, não demonstrar o que pensa ou sente, como temos visto em opiniões públicas de homens brancos cis no Brasil.

A estrutura/conjuntura social a violência de gênero por meio do discurso, agindo sobre as mulheres de maneira opressora, ou seja, como elas fossem obrigadas a suportar situações de constrangimento e insegurança porque esse fosse o seu destino.

O COTIDIANO DAS MULHERES URBANAS

De forma geral, as mulheres do campo e da cidade sofrem constantemente variadas formas de violência. Entretanto, nesta pesquisa, centrou-se a análise em situações ocorridas no contexto urbano. Essa escolha justifica-se porque “as cidades, por serem construídas e organizadas por homens” (KAWANISHI, 2020, p. 46), e para homens, institucionalizaram a condição de subalternidade das mulheres.

A imposição jurídica-institucional da condição feminina no espaço urbano “trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral”(SAFFIOTI, 2015, p. 18). Desse modo, a violência de gênero é muito mais formal, ampla e profunda do que a noção de violência propagada pelos meios de comunicação, que normalmente consideram apenas agressão física como forma concreta de violência. A violência é, portanto, estrutural, processual e cotidiana. O conselho nacional de justiça a divide em cinco formas de violências, sendo elas:

I – a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II – a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima [...] III – a violência

sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; [...] IV – a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades; V – a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, não paginado, 2024).

A opressão contra as mulheres também possui uma dimensão territorial. Há uma relação direta entre violência de gênero e produção do espaço. Essa relação parece ter sido esquecida pelos estudiosos das questões de gênero, como explicam Ferreira e Pena (2005, p. 157):

A visão territorial tem sido esquecida nos estudos da violência urbana e nas medidas de combate, que atuam igualmente em todos os lugares ignorando suas especificidades e as territorialidades criadas pela violência. É no território que a pobreza, a exclusão social, a omissão do estado, a violência e as carências tornam-se mais visíveis, mais presentes e escapam das máscaras que as médias e as abordagens setoriais lhes imprimem e minimizam.

Por conseguinte, quem mais sofre com a violência no contexto urbano são as mulheres periféricas, que estão em contato direto com as vulnerabilidades e desigualdades sociais urbanas em seu cotidiano, devido à falta de segurança, condição socioeconômica e problemas devido à precariedade da mobilidade urbana na periferia das cidades. Nesse sentido,

Não se trata mais apenas de diferenças de gênero, de credo, de etnia, de interesses, de idade, mas, sobretudo, de diferenças socioeconômicas numa perspectiva de sociedade em que todos tem que se inserir no mercado de consumo e em que a própria cidade, seus espaços, suas paisagens e suas imagens são parte desse mercado. (SPOSITO e GÓES, 2013, p. 67).

A mobilidade urbana e as situações de assédio contra as mulheres é uma face da violência de gênero pouco analisada.

Sposito e Góes (2013), ao discutir como a divisão social do trabalho influencia a construção de diferentes experiências e percepções sobre a cidade, apontam que a segmentação do espaço urbano, como o processo de periferação, faz com que a população

das áreas periféricas tenha menor mobilidade urbana, quando comparada à população que vive em áreas mais bem localizadas em relação ao centro. A condição socioeconômica e a mobilidade precária impõem às mulheres periféricas a necessidade de passar muito tempo em pontos de ônibus, muitas vezes sem iluminação, à espera do transporte público. Além disso, o interior dos ônibus está entre os principais locais onde as mulheres sofrem abusos sexuais, entre outros tipos de violência e opressão.

As mulheres lutam para romper com o machismo intrínseco na sociedade, além de todas as segregações inerentes às cidades, a segregação de gênero se faz presente reproduzindo espaços urbanos delimitados para mulheres. Ao utilizar do transporte público coletivo, a mulher enfrenta problemas relacionados por ser mulher e viver em uma sociedade estruturada sobre mecanismos opressores. (KAWANISHI, 2020, p. 61)

O assédio sexual/moral também encontra nas ruas o seu espaço. Está, portanto, naturalizado nos percursos diários das mulheres. Para Fukuda (2012, p. 120),

[...] a violência contra a mulher e particularmente o assédio sexual uma violência de caráter sexista visto que, em primeiro lugar, na relação de gênero há uma conversão da diferença, a princípio biológica, numa relação de desigualdade, com caráter opressivo e, em segundo lugar, por considerarmos que no crime de assédio sexual a vítima não é percebida pelo agressor como ser humano, mas como coisa.

Nota-se que o cotidiano das mulheres urbanas, sobretudo as mais pobres, está envolto por imposições patriarcais, a partir das quais o espaço urbano dos homens, e para os homens, é estruturado, como explica a urbanista Raquel Rolnik:

Infelizmente, ainda estamos imersos em uma cultura na qual “passar a mão” em uma mulher sem sua autorização não é visto como invasão violenta do corpo de outra pessoa, mas como expressão sadia do comportamento do “macho que é macho”. (ROLNIK, 2016, n/p.).

A violência de gênero, internalizada e aceita como normal pela maior parte da sociedade, chega a tal ponto que, muitas vezes, a vítima possui dificuldade em entender que tal situação configura-se uma violência. Além disso, entre aquelas que percebem, a violência desperta o sentimento de culpa por ter “permitido” que determinada situação acontecesse. Isso ocorre porque o discurso patriarcal tem como modus operandi a culpabilização da vítima, como analisa Fukuda (2012, p. 125):

[...] é o fato de que não raro em nossa sociedade, em função da forma como se encontram definidos os papéis sexuais femininos e masculinos, o comportamento da mulher/vítima é frequentemente questionado, sobretudo nos crimes sexuais, ou seja, na maioria dos casos, ao revelar o assédio, às vítimas, em sua maioria mulheres, são frequentemente questionadas sobre suas próprias posturas.

Entende-se que o problema tem raízes profundas, decorrentes de uma sociedade machista, que viola a liberdade e alimenta o medo e a insegurança das mulheres. Mudar essa realidade é um processo longo e que demanda investimento em várias áreas, sobretudo na educação. Entretanto, algumas medidas em relação à mobilidade urbana podem reduzir os casos de violência contra as mulheres: ambientes seguros para as mulheres aguardarem o transporte público, com iluminação e câmeras de vigilância. No interior dos ônibus, é preciso diminuir a lotação e fomentar campanhas para que as mulheres identifiquem e denunciem os casos de assédio e para que os homens tenham consciência do respeito às mulheres, dentro e fora do transporte público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mulheres que habitam as cidades sentem a violência das ruas e da falta de mobilidade urbana em intensidades diferentes. As mais vulneráveis são aquelas que vivem em regiões distantes dos centros urbanos, que são afetadas diariamente pela desigualdade socioespacial existente na sociedade capitalista.

Entende-se que as mulheres vivenciam as cidades de maneira diferente dos homens (heterossexuais, brancos e cisgênero), pois estas vivem inseguranças constantes em relação à falta de segurança e à liberdade sobre seus corpos. Medo ocasionado pelo simples fato de serem mulheres e terem nascido em uma sociedade patriarcal, baseada em uma “supremacia” masculina, que impera sobre diferentes espaços.

A normalização da violência de gênero precisa ser desconstruída. E esse processo somente ocorrerá com uma educação antipatriarcal voltada à superação do paradigma cuja premissa basilar é a superioridade masculina.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Formas de violência contra a mulher. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/violencia-contr-a-mulher/formas-de-violencia-contr-a-mulher/>. Acesso em: 14 jan. 2024
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 201-213, jan./jun. 2001. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/ssrevista/n2v3.pdf#page=83>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989, p. 538–554. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- FERREIRA, I. C. B.; PENNA, N. A. Território da Violência: um olhar geográfico sobre a violência urbana. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 18, p. 155-168, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/73979/77638>. Acesso em: 14 jan. 2024.
- FUKADA, R. F. Assédio Sexual: uma releitura a partir das relações de gênero. **Simbiótica**, Ufes, v. único, n. 1, junho-2012, p. 119-135. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5759/575967274018.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.
- KAWANISHI, J. Y. **Seu corpo não é passagem: a limitação do direito à cidade para as mulheres em decorrência dos assédios sofridos no transporte público coletivo no município de Ponta Grossa - PR**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, p. 148, 2020.
- PAULA, L.; SANT'ANA, C. G. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum Linguístico**, v. 19, n. 1, 2022, p. 7555-7574. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8491599>. Acesso em: 14 jan. 2024.

ROLNIK, R. **As mulheres também têm direito à cidade?** *In*: Blog da Raquel Rolnik. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/03/14/as-mulheres-tambem-tem-direito-a-cidade/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

SAFFIOTI, H. Gênero, Patriarcado e Violência. **Expressão Popular**, 2ª ed., São Paulo, 2015.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M. Espaços Fechados e Cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. **Editora Unesp**: São Paulo, 2013.